

X  
Ola  
H

**Estatutos da Empresa Municipal**  
**“NovBaesuris – Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana,**  
**E.M.S.A”**

**Capítulo I**  
**Denominação, Natureza, Sede e Objeto**

**Artigo 1.º**

**(Denominação, natureza e duração)**

1. A NovBaesuris – Empresa Municipal de Gestão e Reabilitação Urbana, E. M., S.A. abreviadamente designada por NovaBaesuris, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos de âmbito municipal, que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e independência orçamental.
2. A duração da NovaBaesuris é por tempo indeterminado.

**Artigo 2.º**

**(Direito aplicável)**

A NovaBaesuris rege-se pelos presentes Estatutos, pelo Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e pelo Código das Sociedades Comerciais.

**Artigo 3.º**

**(Sede)**

A NovaBaesuris tem a sede na Rua Emília do Carmo Batista, nº 20 em Castro Marim, podendo, por deliberação do seu Conselho de Administração, proceder à criação e extinção de sucursais, delegações, agências, gabinetes ou qualquer outra forma de representação.

**Artigo 4.º**

**(Objeto)**

1. A NovaBaesuris é uma empresa municipal encarregada da gestão de serviços de interesse geral tendo como objeto neste tocante, e em conformidade com o disposto nos termos dos artigos 20.º, n.º 1 e 45.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a promoção e gestão de equipamentos coletivos e a prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, o abastecimento público de água, o saneamento de águas residuais urbanas, a gestão de resíduos urbanos e a limpeza pública.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, e de harmonia com o disposto nos termos dos artigos 20.º, n.º 3 e 48.º, n.º 1 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, integram igualmente o objeto da NovaBaesuris as seguintes atividades de promoção do desenvolvimento local:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social.

3. Para a prossecução do seu objeto, definido nos termos dos números anteriores, incumbe à NovaBaesuris, designadamente:

- a) Proceder a operações de reabilitação e regeneração urbana;
- b) Desenvolver, implementar, construir, gerir e explorar infraestruturas desportivas, culturais e de lazer;
- c) Organizar, promover e realizar de feiras, mercados, exposições, certames e outras ações;
- d) Organizar, gerir e explorar e eventos;
- e) Proceder à locação de equipamento diverso;
- f) Utilizar e administrar, nos termos da lei e dos presentes Estatutos, os bens do domínio público municipal que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade;
- g) Adquirir, alienar, arrendar, tomar de arrendamento, onerar e administrar móveis e imóveis, com vista à prossecução do seu objeto e celebrar quaisquer contratos que tenham como objeto a cessão do gozo destes bens, seja qual for a natureza dos mesmos, designadamente contratos de locação e concessão de exploração;
- h) Elaborar Masterplans para a orientação da revisão do Plano Diretor Municipal e sua execução;
- i) Corrigir os desequilíbrios do mercado imobiliário na área do Município;

- j) Desenvolver uma política de solos eficiente e equitativa;
- k) Propor e executar políticas de centralização dos fundos públicos de apoio à reabilitação e regeneração urbana;
- l) Instituir um Observatório Municipal de Preços Fundiários e Imobiliários;
- m) Criar um Inventário Imobiliário;
- n) Constituir uma Bolsa Fundiária e Fundos de Investimento Imobiliários;
- o) Desenvolver estudos e sistemas de gestão que visem a criação de sistema de tributação eficientes e equitativos ao nível dos impostos sobre o património imobiliário e das taxas municipais;
- p) Desenvolver um programa de apoio à reabilitação privada, no âmbito de uma ação geral de informação/formação tendo em vista a promoção e o apoio às ações privadas de reabilitação urbana;
- q) Desenvolver modelos de subsidiação seletiva em benefício dos cidadãos mais desfavorecidos de utilidades de interesse geral;
- r) Desenvolver soluções de infraestruturação e de prestação de serviços de interesse geral nas áreas de gestão urbana especial;
- s) Definir modelos de informação e legitimação dos investimentos e ações fundiárias de forma a que os cidadãos do concelho sejam informados das ações realizadas e do produto da aplicação dos tributos suportados;
- t) Desenvolver métodos de contabilidade analítica que permitam identificar as ineficiências existentes na gestão de infraestruturas de forma a atenuar os seus custos;
- u) Administrar sistemas de Perequação Fundiária através da socialização de mais-valias fundiárias resultantes de opções urbanísticas;
- v) Implementar procedimentos que eliminem prazos e custos desnecessários aos investidores;
- w) Adquirir e alienar imóveis, nomeadamente no âmbito do programa geral de reabilitação urbana e de gestão de solos;

- x) Propor aos organismos competentes os regimes fiscais e parafiscais especiais, assim como a elaboração de planos e regulamentos;
  - y) Auxiliar a Câmara Municipal nas funções de preparação e execução do Plano Diretor Municipal;
  - z) Desenvolver ações de animação e promoção culturais do Concelho;
  - aa) Exercer todas as competências delegadas pelo Município para efeitos de regeneração urbana e implementação de política de solos;
  - bb) Celebrar contratos de empreitada, de fornecimento e de prestação de serviços;
  - cc) Promover e/ou participar na conceção, construção, exploração e gestão das infraestruturas, nas estruturas e equipamentos de apoio às actividades que integram o seu objeto social;
  - dd) Desenvolver as acções que visem assegurar, de forma regular, contínua e eficiente, o seu objeto social;
  - ee) Promover a exploração dos produtos tradicionais e recursos endógenos do Concelho;
  - ff) Cumprir obrigações específicas relacionadas com a segurança, com a continuidade e qualidade dos serviços e com a proteção do ambiente e qualidade de vida, devendo tais obrigações serem claramente definidas, transparentes, não discriminatórias e suscetíveis de controlo.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, a NovaBaesuris fica investida de poderes de autoridade nas áreas sobre sua gestão.

## **CAPÍTULO II**

### **Órgãos Sociais**

#### **Artigo 5.º**

#### **(Órgãos Sociais)**

1. São órgãos da NovaBaesuris:

- a) A Assembleia Geral;

b) O Conselho de Administração;

c) O Fiscal Único.

2. Compete à Assembleia Geral eleger e exonerar os membros do Conselho de Administração.

3. O mandato dos titulares dos órgãos sociais será coincidente com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos atos de exoneração e da continuação de funções até à sua efetiva substituição.

#### **Artigo 6.º**

##### **(Substituição)**

1. Os membros dos órgãos da NovaBaesuris cujo mandato terminar antes de decorrido período para o qual foram eleitos ou designados, por morte, impossibilidade, renúncia, destituição ou perda de direitos ou de funções indispensáveis à representação que exercem, serão substituídos.

2. Em caso de impossibilidade temporária, física ou legal, para o exercício das respectivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos enquanto durar o impedimento.

#### **SECÇÃO I**

##### **(Assembleia Geral)**

#### **Artigo 7.º**

##### **(Assembleia Geral)**

1. A Assembleia Geral é constituída por representantes do Município de Castro Marim, designados pela Câmara Municipal de Castro Marim.

2. O Município é representado por 5 membros, 3 pertencentes à Câmara Municipal e 2 pertencentes à Assembleia Municipal.

3. O Município tem direito a um número de votos correspondente à proporção da respetiva participação no capital.

4. A Assembleia Geral reúne-se na sede da NovaBaesuris ou noutro local expressamente indicado para o efeito na convocatória.

5. A Assembleia Geral reúne em sessões ordinárias e extraordinárias.

6. Em sessão ordinária a Assembleia Geral reúne:
- a) Até 15 de Novembro de cada ano, para apreciar e votar os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao ano seguinte;
  - b) Até 31 de Março de cada ano, para apreciar e votar o Relatório do Conselho de Administração, as Contas do Exercício e a Proposta de Aplicação de Resultados, bem como o Parecer do Fiscal Único, referentes ao ano transato.
7. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que for convocada, nos termos legais ou mediante requerimento do Conselho de Administração, do Fiscal Único ou de qualquer dos representantes dos detentores do capital.
8. As sessões da Assembleia Geral são convocadas com uma antecedência mínima de dez dias seguidos, através de convocatória expedida para a sede dos membros, com a respetiva ordem de trabalhos, data, hora e local.
9. Quando requerida a convocação da Assembleia Geral em sessão extraordinária a mesma deve ser convocada no prazo máximo de dez dias seguidos, contados a partir da data da receção do requerimento.
10. A Assembleia Geral apenas poderá deliberar se estiver presente a maioria dos membros representativos do capital social da empresa.
11. Sem prejuízo do disposto no número anterior, para que a Assembleia Geral possa deliberar sobre a alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação, dissolução da empresa ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem estar presentes ou representados membros que representem, pelo menos, dois terços do capital social.

## **Artigo 8.º**

### **Representação em Assembleia Geral**

1. Os membros da Assembleia Geral podem fazer-se representar, bastando um documento escrito, com assinatura, dirigido ao presidente da mesa; tais documentos ficam arquivados na empresa municipal pelo período obrigatório de conservação de documentos.
2. É igualmente admissível a representação por procuração desde que especifique o âmbito dos poderes conferidos e a duração dos mesmos.



## Artigo 9.º

### (Competências da Assembleia Geral)

1. Compete à Assembleia Geral:
  - a) Eleger os titulares de Órgãos Sociais cuja designação não esteja estatutariamente atribuída a qualquer dos detentores do capital;
  - b) Apreciar e votar, até 15 de Novembro de cada ano, os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os Planos de Actividades Anuais e Plurianuais, o Orçamento Anual, incluindo estimativa das operações financeiras com o Município e o Estado;
  - c) Remeter até 15 de Dezembro de cada ano para a Câmara Municipal, os Instrumentos de Gestão Previsional relativos ao ano seguinte, nomeadamente os Planos de Actividades Anuais e Plurianuais, o Orçamento Anual, incluindo estimativa das operações financeiras com o Município e o Estado.
  - d) Apreciar e votar, até 31 de Março de cada ano, o Relatório de Gestão, as Contas do Exercício, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único, referentes ao ano transato;
  - e) Remeter para a Câmara Municipal, até 15 de Abril de cada ano, o Relatório de Gestão, as Contas do Exercício, a Proposta de Aplicação de Resultados e o Parecer do Fiscal Único, referentes ao ano transacto;
  - f) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Empresa;
  - g) Deliberar sobre as propostas de alterações dos Estatutos e aumentos de capital;
  - h) Deliberar, no respeito pelos limites legalmente estabelecidos, sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo para o efeito designar uma comissão de vencimentos;
  - i) Deliberar constituir sociedades dominadas ou participadas e adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades;
  - j) Autorizar a aquisição e alienação de imóveis ou a realização de investimentos de valor superior a setecentos e cinquenta mil euros;

k) Deliberar sobre qualquer assunto para que tenha sido convocada, podendo emitir os pareceres ou recomendações que considerar convenientes.

2. As deliberações serão tomadas por um número de votos que representem a maioria do capital social da empresa.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a deliberação de alguma das matérias mencionadas no n.º 11, do artigo 7.º, deve ser aprovada por número de votos representativos de, pelo menos, dois terços do capital social.

#### **Artigo 10.º**

##### **(Mesa da Assembleia Geral)**

1. A Assembleia Geral é presidida pela Mesa.
2. A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.
3. O Presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Vice-presidente.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Funções da Mesa)**

Compete à Mesa da Assembleia Geral:

- a) Convocar e dirigir os trabalhos das reuniões;
- b) Organizar o processo eleitoral;
- c) Conferir posse aos titulares dos cargos dos Órgãos Sociais.

#### **Artigo 12.º**

##### **(Estatuto Remuneratório)**

Os membros da Assembleia Geral não são remunerados.

## **SECÇÃO II**

### **(Conselho de Administração)**



### **Artigo 13.º**

#### **(Conselho de Administração)**

1. A Administração da Empresa é exercida por um Conselho de Administração.
2. O Conselho de Administração é constituído por três membros: um Presidente e dois Vogais.
3. Compete à Assembleia Geral a eleição e exoneração dos membros do Conselho de Administração.

### **Artigo 14.º**

#### **(Mandato)**

O mandato dos titulares do Conselho de Administração coincidirá com o dos titulares dos órgãos autárquicos, sem prejuízo dos actos de exoneração e da continuação de funções até à efetiva substituição.

### **Artigo 15.º**

#### **(Estatuto remuneratório)**

1. Dos membros do Conselho de Administração, apenas um deles pode assumir funções remuneradas.
2. O valor da remuneração referida no número anterior é limitado ao valor da remuneração de Vereador a tempo inteiro na Câmara Municipal de Castro Marim.

### **Artigo 16.º**

#### **(Competências)**

1. Compete ao Conselho de Administração, para além de outras competências resultantes da lei ou do presente estatuto:
  - a) Definir as linhas de orientação estratégica da empresa e os objetivos a atingir;
  - b) Submeter o relatório e as contas do exercício à aprovação da Assembleia geral;
  - c) Submeter os instrumentos de gestão previsional à aprovação da Assembleia geral, bem como apresentar proposta de aplicação de resultados;
  - d) Apresentar à Câmara Municipal de Castro Marim os relatórios trimestrais de execução orçamental;
  - e) Adquirir, alienar e onerar direitos ou bens móveis e imóveis;
  - f) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
  - g) Constituir reservas nos termos dos presentes estatutos;
  - h) Propor à Câmara Municipal a aprovação de preços e taxas;

- i) Celebrar empréstimos de médio e longo prazo, mediante autorização a solicitar à Câmara Municipal;
  - j) Autorizar a execução de trabalhos e de obras, fixando os termos e condições a que devem obedecer;
  - k) Emitir parecer sobre os assuntos que a Câmara Municipal de Castro Marim entenda dever submeter-lhe e executar os estudos e projetos que por esta lhe sejam confiados;
  - l) Adquirir, transmitir ou constituir direitos relativos a bens, designadamente o direito de propriedade e o direito de superfície;
  - m) Fiscalizar a organização e actualização do cadastro dos bens da empresa;
  - n) Enviar à Assembleia Municipal os regulamentos da empresa;
  - o) Exercer os poderes que lhe forem delegados pela Câmara Municipal.
2. O Conselho de Administração poderá delegar em qualquer dos seus membros ou nos dirigentes da NovaBaesuris as suas competências, definindo em ata os limites e as condições do seu exercício e observando as restrições previstas nesta sede pelo Código das Sociedades Comerciais.

#### **Artigo 17.º**

##### **(Competência do Presidente do Conselho de Administração)**

1. Compete ao Presidente do Conselho de Administração da NovaBaesuris:
  - a) Coordenar a atividade do Conselho de Administração;
  - b) Convocar e presidir às reuniões;
  - c) Representar a empresa em juízo e fora dela, podendo delegar a representação noutro membro ou em pessoa especialmente habilitada para o efeito;
  - d) Velar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração;
  - e) Gerir a Sociedade nos seus diversos domínios de acordo com as linhas e objetivos definidos pelo Conselho de Administração;
  - f) Acautelar os interesses gerais da empresa e propor ao Conselho de Administração as linhas estratégicas que deverão orientar as suas diferentes atividades;
  - g) Elaborar o relatório e as contas de exercício e submetê-las à aprovação do Conselho de Administração, bem como apresentar proposta de aplicação de resultados;
  - h) Elaborar os instrumentos de gestão previsional e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;
  - i) Administrar o património da empresa;

- j) Estabelecer a organização técnico-administrativa da empresa e as normas do seu funcionamento interno, designadamente em matéria de pessoal e da sua remuneração;
- k) Estabelecer a organização dos serviços, incluindo a fixação das categorias do pessoal, bem como os regulamentos internos;
- l) Contratar, louvar ou punir os trabalhadores, rescindir os respetivos contratos e exercer sobre eles a competente ação disciplinar;
- m) Informar mensalmente o Conselho de Administração sobre a situação da empresa e a evolução dos seus principais indicadores de gestão, no âmbito dos respectivos planos operacionais, referindo, nomeadamente, as atividades realizadas e os serviços prestados;
- n) Exercer os poderes que o Conselho de Administração, ou outro órgão, lhe delegar;
- o) Desempenhar as demais funções estabelecidas na lei, nestes assuntos e regulamentos internos.

2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo membro do Conselho de Administração por si designado, ou na falta de designação, pelo membro do Conselho de Administração mais idoso.

3. O Presidente ou quem o substitua terá o voto de qualidade.

#### **Artigo 18.º**

##### **(Reuniões, deliberações e atas)**

1. O Conselho de Administração fixará as datas das reuniões ordinárias, que terão uma periodicidade mensal, fixando, para o efeito, a data das reuniões, e reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo Presidente, por sua iniciativa, ou por requerimento da maioria dos seus membros.

2. As deliberações são tomadas por maioria relativa e só são válidas quando se encontre presente à reunião a maioria dos seus membros com direito a voto, sendo permitido o voto por procuração.

3. De cada uma das reuniões será lavrada ata, a assinar pelos membros presentes à reunião, e que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados e as deliberações tomadas.

## **Artigo 19.º**

### **(Responsabilidade civil e penal)**

1. A NovaBaesuris responde civilmente perante terceiros pelos atos e omissões dos seus administradores, nos mesmos termos em que os comitentes respondem pelos actos e omissões dos comissários, de acordo com a lei geral.
2. Os titulares dos órgãos respondem civilmente perante estes pelos prejuízos causados pelo incumprimento dos seus deveres legais ou estatutários.
3. O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade penal dos titulares dos órgãos da empresa.

## **Artigo 20.º**

### **(Forma de obrigar a Empresa)**

1. A NovaBaesuris obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, sendo um deles obrigatoriamente o Presidente e um dos administradores.
2. O disposto no número anterior não preclui a possibilidade de vinculação da empresa apenas através da assinatura de um dos administradores, em conformidade com os poderes de gestão que, nos termos da lei e dos estatutos, tenham sido delegados pelo Conselho de Administração.

## **Artigo 21.º**

### **(Delegação de Poderes no Conselho de Administração)**

Por delegação da Câmara Municipal, o Conselho de Administração poderá praticar os seguintes actos:

- a) Acesso a fundos comunitários;
- b) Celebrar contratos-programa com o Governo;
- c) Proceder à fiscalização decorrente das correspondentes disposições legais aplicáveis bem como dos regulamentos municipais relacionados com os serviços a prestar;
- d) Executar estudos e projetos mediante a realização de contrato-programa;
- e) Instruir processos de contra-ordenação por violação dos respectivos regulamentos e aplicar as coimas previstas.



### SECÇÃO III

#### (Fiscal Único)

#### Artigo 22.º

#### (Fiscal Único)

1. Nos termos do disposto no artigo 25.º, nºs 5 e 6, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, a fiscalização da NovaBaesuris compete a um Fiscal Único, que terá sempre um suplente, os quais devem ser Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.
2. O Fiscal Único será designado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Castro Marim.
3. A NovaBaesuris poderá, em consonância com o Fiscal Único e sem prejuízo da competência deste, atribuir as Auditorias das Contas a uma entidade externa de reconhecido mérito, que coadjuvará aquele Órgão no exercício das suas funções de verificação e certificação das Contas.

#### Artigo 23.º

#### (Competência)

São competências do Fiscal único designadamente:

- a) Fiscalizar a ação do Conselho de Administração;
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- c) Participar aos órgãos e entidades competentes as irregularidades, bem como os fatos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objeto da empresa;
- d) Proceder à verificação dos valores patrimoniais da empresa, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) Remeter semestralmente à Câmara Municipal de Castro Marim um relatório fundamentado sobre a situação económica e financeira da NovaBaesuris;
- f) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a empresa, a solicitação do Conselho de Administração;

- g) Emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional, bem como sobre o relatório do Conselho de Administração e contas do exercício;
- h) Emitir parecer prévio relativamente ao financiamento e à assunção de quaisquer obrigações financeiras;
- i) Emitir parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias a receber pela empresa;
- j) Emitir parecer prévio sobre a necessidade da avaliação plurianual do equilíbrio de exploração da empresa e, sendo caso disso, proceder ao exame do plano previsto no n.º 5, do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto;
- k) Emitir parecer prévio sobre a celebração dos contratos-programa previstos nos artigos 47.º e 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto;
- l) Emitir a certificação legal das contas.

#### **Artigo 24.º**

##### **(Remuneração)**

Ao Fiscal único será atribuída uma remuneração a fixar pela Assembleia geral, nos termos das normas legais aplicáveis em matéria de honorários aos Revisores Oficiais de Contas.

### **CAPÍTULO III**

#### **Princípios de Gestão**

#### **Artigo 25.º**

##### **(Princípios de gestão)**

1. A gestão da NovaBaesuris realizar-se-á em articulação com os objetivos prosseguidos pelo Município de Castro Marim, visando a satisfação das atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local que integram o seu objeto social e assegurando a sua viabilidade económica e o seu equilíbrio financeiro.
2. Na gestão da empresa ter-se-ão em conta, nomeadamente os seguintes objetivos:
  - a) Adaptação da oferta à procura economicamente rentável, salvo quando sejam acordadas condições especiais com o Município de Castro Marim, especiais obrigações decorrentes de contratos-programa ou de gestão a celebrar;
  - b) Prática de tarifas e preços que permitam o equilíbrio da exploração;



- c) Obtenção de índices de produtividade compatíveis com padrões internacionais;
- d) Evolução da massa salarial adequada aos ganhos de produtividade e ao equilíbrio financeiro da empresa;
- e) Subordinação de novos investimentos a critérios de decisão empresarial, nomeadamente em termos de taxa de rendibilidade, período de recuperação de capital e grau de risco, exceto quando sejam acordados com o Município de Castro Marim outros critérios a aplicar;
- f) Adequação dos recursos financeiros á natureza dos activos a financiar;
- g) Compatibilidade da estrutura financeira com a rendibilidade da exploração e com grau de risco da actividade;
- h) Adopção de uma gestão previsional por objectivos assente na descentralização e delegação de responsabilidade adaptada à dimensão da empresa.

3. Por força de imperativos inerentes ao serviço de interesse geral e havendo lugar à prossecução de objetivos ou investimentos de natureza político-social de que resulte um afastamento dos princípios de equilibrada gestão empresarial, deverão ser acordadas entre a NovaBaesuris e o Município, nos termos dos artigos 47.º n.ºs 3 e 4 e 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, as contrapartidas destinadas a reequilibrar a situação económica que existiria se não houvesse lugar aos referidos investimentos.

## **Artigo 26.º**

### **(Planos de atividade, de investimentos e financeiros)**

1. Os planos plurianuais e anuais de atividades, de investimento e financeiros devem estabelecer a estratégia a seguir pela empresa, sendo reformulados sempre que as circunstâncias o justifiquem.
2. Os planos de atividades, de investimento e financeiros deverão ser completados com os desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.
3. Os instrumentos previsionais deverão explicitar a forma como procuram concretizar os planos plurianuais, referindo, nomeadamente, os investimentos projetados e as respetivas fontes de financiamento.

## **CAPÍTULO IV**

### **Regime Patrimonial e Financeiro**

### **Artigo 27.º**

#### **(Património)**

O património da empresa é constituído pelos bens e direitos recebidos da Câmara Municipal de Castro Marim ou adquiridos para ou no exercício da sua atividade.

### **Artigo 28.º**

#### **(Receitas)**

Constituem receitas da NovaBaesuris:

- a) As receitas provenientes da sua atividade;
- b) O rendimento de bens próprios;
- c) As participações, dotações e subsídios que lhe sejam destinados;
- d) O produto da alienação ou oneração de bens próprios;
- e) O produto da prestação de serviços e de cobrança de taxas, nomeadamente, as taxas por gestão urbana especial e outras a definir no Regulamento Municipal de Taxas,;
- f) As doações, heranças ou legados de quaisquer entidades, os quais ficam sujeitos ao regime estabelecido na lei para os donativos às Autarquias Locais;
- g) O produto da contração de empréstimos a curto, médio e longo prazo, bem como da emissão de obrigações;
- h) As verbas decorrentes da celebração de contratos-programa e de gestão com a Câmara Municipal;
- i) As verbas decorrentes da canalização de taxas urbanísticas e de receitas de IMI numa lógica perequativa;
- j) As verbas decorrentes de fundos comunitários e de organizações financeiras internacionais;
- k) Os montantes decorrentes da coordenação dos fundos decorrentes da nova lei do arrendamento e de outros instrumentos de financiamento disponíveis;
- l) As taxas de gestão por operação realizada;
- m) Os fundos decorrentes da socialização de mais-valias fundiárias;

- n) Outras receitas que lhe são atribuídas ou lhe possam advir no exercício do seu objeto social ou nos termos da lei ou de contrato.

#### **Artigo 29.º**

##### **(Reservas)**

1. A NovaBaesuris deve constituir as provisões e reservas julgadas necessárias, sendo obrigatória a constituição da reserva legal.
2. A dotação anual para reforço da reserva legal não pode ser inferior a 10 % do resultado líquido do exercício.
3. A reserva legal só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos transitados.

#### **Artigo 30.º**

##### **(Amortizações, reintegrações e avaliações)**

A amortização, a reintegração e a reavaliação do ativo imobilizado, bem como a constituição de provisões, serão efetuadas pelo Conselho de Administração de acordo com os critérios aprovados em Assembleia geral, sem prejuízo do disposto na lei fiscal.

#### **Artigo 31.º**

##### **(Capital)**

1. O capital social é de € 120.000,00, sendo realizado através da entrada em dinheiro, transferidos pelo Município de Castro Marim.
2. O capital poderá ser aumentado até vinte e cinco milhões de euros, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro ou em espécie nos termos legais, mediante deliberação da Assembleia-Geral, que fixará as condições de subscrição.

#### **Artigo 32.º**

##### **(Fundos de reserva e aplicação dos resultados do exercício)**

1. A NovaBaesuris deverá constituir os fundos de reserva julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de:
  - a) Reserva legal;
  - b) Reserva para fins sociais.
2. Constitui reserva legal a dotação anual correspondente a 10% do resultado líquido do exercício, deduzido da quantia necessária à cobertura de prejuízos

transitados, reserva essa que somente poderá ser utilizada para incorporação no capital ou para cobertura de prejuízos transitados.

3. A reserva para fins sociais, a estabelecer pelo Conselho de Administração, será fixada em percentagem dos resultados.

4. Constituem reserva para investimento a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe for destinada, bem como as receitas provenientes de participações, dotações ou subsídios de que a NovaBaesuris seja beneficiária e se destinem a esse fim.

5. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia geral proposta da aplicação do remanescente dos resultados anuais, considerando nomeadamente a constituição de reservas livres e a transferência de verbas para o Município.

### **Artigo 33.º**

#### **(Contratos-programa e de gestão)**

1. O Conselho de Administração celebrará com o Município de Castro Marim contratos-programa e de gestão, designadamente, quando esta pretenda que a NovaBaesuris prossiga objectivos sectoriais, realize investimentos de rentabilidade não demonstrada ou adote preços sociais.

2. Nos contratos-programa e de gestão serão acordadas, nos termos da lei, as condições a que as partes se obrigam para a realização dos objectivos programados.

3. Os contratos-programa e de gestão integrarão o plano de atividades da empresa para o período a que respeitam.

4. Dos contratos-programa e de gestão constará, obrigatoriamente e sendo o caso, o montante dos subsídios à exploração que a empresa terá direito a receber como contrapartida das obrigações assumidas.

5. A celebração dos contratos referidos nos números anteriores é aprovada pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Castro Marim.

### **Artigo 34.º**

#### **(Empréstimos)**

1. A NovaBaesuris pode contrair empréstimos a curto, médio e longo prazo, bem como emitir obrigações.

2. A NovaBaesuris pode contrair empréstimos a curto e médio prazo para antecipação de receitas, aquisição de material e equipamento ou fundo de manuseio de tesouraria.

3. A celebração de empréstimos a médio e longo prazo carece de autorização da Câmara Municipal.

#### **Artigo 35.º**

##### **(Contabilidade)**

A contabilidade da empresa respeitará o Plano Oficial de Contabilidade, responderá às necessidades de gestão empresarial e deverá permitir um controlo orçamental permanente.

#### **Artigo 36.º**

##### **(Documentos e prestação de contas)**

1. Os instrumentos de prestação de contas da empresa, a elaborar anualmente com referência a 31 de Dezembro, e a remeter à Câmara Municipal de Castro Marim, são os seguintes, sem prejuízo de quaisquer outros exigidos pela mesma Câmara ou em disposições legais:

- a) Balanço;
- b) Demonstração de resultados;
- c) Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa;
- e) Relação das participações no capital de sociedades e dos financiamentos concedidos a médio e longo prazo;
- f) Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimentos;
- g) Relatório do Conselho de Administração e proposta de aplicação dos resultados;
- h) Parecer do fiscal único.

2. O relatório do Conselho de Administração deve permitir uma compreensão clara da situação económica e financeira relativa ao exercício, analisar a evolução da gestão nos setores da atividade da empresa, designadamente no que respeita a investimentos, custos e condições de mercado e apreciar o seu desenvolvimento.

3. O parecer do fiscal único deve conter a apreciação da gestão, bem como do relatório do Conselho de Administração e a apreciação da exatidão das contas e da observância das leis e dos estatutos.



## **Artigo 37.º**

### **(Deveres de informação e transparência)**

1. A NovaBaesuris tem obrigatoriamente um sítio na Internet.
2. A NovaBaesuris manterá permanentemente atualizado no seu sítio na Internet a seguinte informação:
  - a) Contrato de sociedade e estatutos;
  - b) Estrutura do capital social;
  - c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;
  - d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
  - e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
  - f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
  - g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
  - h) Orçamento anual;
  - i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do Fiscal Único;
  - j) Plano de Prevenção da Corrupção e dos riscos de gestão;
  - k) Pareceres previstos nas alíneas a) a c) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e h), j) e k), do artigo 23.º dos presentes Estatutos.

## **CAPÍTULO V**

### **Recursos Humanos**

## **Artigo 38.º**

### **(Estatuto do pessoal)**

1. O estatuto do pessoal baseia-se no regime do contrato individual de trabalho, sendo a contratação coletiva regulada pela lei geral.
2. Sem prejuízo do que se dispõe no número seguinte, o pessoal da empresa está sujeito ao regime da segurança social.
3. Os funcionários da administração central, regional e local e de outras entidades públicas podem exercer funções na empresa nos termos do regime constante no artigo 29.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.



### **Artigo 39.º**

#### **(Remunerações)**

1. A tabela de remunerações do pessoal é fixada pelo Conselho de Administração.
2. Para estímulo e distinção dos trabalhadores, o Conselho de Administração poderá atribuir prémios, nas condições que forem estabelecidos em regulamento da empresa.

### **CAPÍTULO VI**

#### **(Delegação de Poderes)**

### **Artigo 40.º**

#### **(Delegação de Poderes)**

1. Para a prossecução dos seus fins, e nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, pode o Município de Castro Marim delegar à NovaBaesuris os poderes necessários à prossecução do seu objeto social.
2. Sem prejuízo de outros poderes que lhe venham a ser expressamente delegados por deliberação municipal, são atribuídos à NovaBaesuris:
  - a) O direito de utilizar e administrar os bens do domínio público municipal que estejam ou venham a estar afetos ao exercício da sua atividade, de acordo com o estabelecido nas relações contratuais estabelecidas com o Município;
  - b) Os poderes e prerrogativas do Município quanto à proteção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhe estejam afectos e das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito a indemnização a que houver lugar.
  - c) O acesso a fundos comunitários;
  - d) A celebração de contratos-programa com a Administração Central;
  - e) Proceder à fiscalização decorrente das correspondentes disposições legais aplicáveis bem como dos regulamentos municipais relacionados com os serviços a prestar;

f) Instruir processos de contra-ordenação por violação dos respectivos regulamentos e aplicar as coimas previstas.

g) Todos os demais poderes administrativos e de autoridade pública, previstos na lei, necessários à prossecução do seu objecto social.

3. O pessoal que, por deliberação do Conselho de Administração, for para tal designado deterá, nos termos da lei, as competências e prerrogativas de autoridade pública destinadas:

a) À defesa do património da NovaBaesuris ou a ela afecto;

b) À fiscalização do cumprimento, bem como à garantia da efectiva aplicação das normas legais, regulamentos e posturas em matérias directamente relacionadas como o seu objecto.

4. O exercício dos poderes e prerrogativas de autoridade delegados na NovaBaesuris será efetivado pela mesma na medida em que tal se revele necessário à prossecução do seu objeto social e à concretização das metas constantes dos contratos celebrados com o Município, observando a regulamentação que para o efeito venha a ser definida pelo Conselho de Administração.

Castro Marim, 5 de Novembro de 2012.

O Presidente do Conselho de Administração



Dr. José Fernandes Estevens

O Vogal do Conselho de Administração



Nuno Miguel Pereira

O Vogal do Conselho de Administração



Amadeu Alexandre Chaves